



# REDES

XII SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
AS REDES EDUCATIVAS E AS TECNOLOGIAS  
TESSITURAS DE SOLIDARIEDADE E DE CONVIVÊNCIAS  
NOS DIFERENTES ESPAÇOS TEMPOS EDUCATIVOS

## **ALGUNS ASPECTOS DA POLÍTICA EDUCACIONAL DA DITADURA CIVIL-MILITAR**

Ana Paula Almeida de Moraes/ PPGECC/UERJ<sup>1</sup>  
Gilcilene de Oliveira Damasceno Barão / PPGECC/UERJ<sup>2</sup>

### **Resumo:**

A sociedade brasileira vivenciou um golpe civil-militar em 1º de abril de 1964 e que trouxe consequências nefastas para o campo educacional. Neste ano que completa 60 do referido golpe é necessário que possamos reafirmar a democracia e combater o conservadorismo é necessário revisitar o projeto educacional da ditadura. Assim, temos como objetivo neste trabalho analisar alguns aspectos (financiamento, relação público-privado e concepção educacional) desenvolvidos na educação no período da ditadura civil-militar. Nossa metodologia buscou a partir de levantamento bibliográfico inicial dialogar com autores clássicos para sistematizar suas contribuições sobre a política educacional deste período. Como resultado provisório compreendemos que a desvinculação, a aproximação com a iniciativa privada e a concepção educacional empresarial, reforçou o sentido unilateral da educação reduzindo a formação escolar a sua relação como mercado de trabalho.

### **Palavras Chaves:**

Educação, Regime civil-militar, Desvinculação, Privatismo na educação.

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em periferias da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF/UERJ)

<sup>2</sup> Professora Associada da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense e do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em periferias.



# REDES

XII SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
AS REDES EDUCATIVAS E AS TECNOLOGIAS  
TESSITURAS DE SOLIDARIEDADE E DE CONVIVÊNCIAS  
NOS DIFERENTES ESPAÇOS TEMPOS EDUCATIVOS

## **Resumo Expandido:**

Durante o período da ditadura civil-militar no Brasil, que se estendeu de 1964 a 1985, uma série de mudanças nas políticas educacionais produziram grande impacto no sistema de ensino do país. O controle sobre a educação, restringiu a autonomia das escolas e dos estados, concentrando o poder nas mãos do governo federal, resultando em currículos padronizados e na imposição de um modelo nacional de educação com bases prioritárias nos valores e ideologias apoiados pelo regime. Este trabalho é parte da nossa dissertação e tem como objetivo analisar alguns aspectos (financiamento, relação público-privado e concepção educacional) desenvolvidos na educação no período da ditadura civil-militar. Na continuidade da pesquisa, e em outros trabalhos, pretende-se comparar as similaridades e diferenças entre o projeto da ditadura com o atual neotecnicismo (Freitas, 1982) e neoprodutivista (Saviani, 2007) considerando as avaliações em larga escala e, posteriormente, o IDEB como referência das políticas educacionais pós 1996.

## **A política educacional da ditadura civil-militar e a questão do financiamento, relação público-privado e a concepção educacional na gestão.**

A partir de 1971, através da Lei 5.692, o governo militar estabelece mudanças na LDB 4024/71, instituindo várias modificações na educação básica, denominado na época de ensino de primeiro e segundo grau. No segundo grau tornou a formação profissional destinada como investimento de recursos humanos, visando atender as carências de mão de obra e formar para o mercado de trabalho. Assim, o ensino de primeiro grau era concebido como uma etapa da educação propícia para sondagem de aptidões dos estudantes e para a orientação vocacional, e o ensino de segundo grau mais voltado para a formação técnica na preparação dos alunos e suas habilidades para o mercado de trabalho. (Saviani, 2007, p.296).

A relação entre o Brasil e a USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) manteve forte influência, com impacto significativo no campo educacional no Brasil, pois moldou o processo pedagógico e os princípios que



# REDES

XII SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
AS REDES EDUCATIVAS E AS TECNOLOGIAS  
TESSITURAS DE SOLIDARIEDADE E DE CONVIVÊNCIAS  
NOS DIFERENTES ESPAÇOS TEMPOS EDUCATIVOS

orientaram a educação do período. A introdução de uma concepção produtivista na educação brasileira, enfatizando a ideia de que esta deveria produzir resultados racionais, mensuráveis e eficientes. Para isso, ocorreu a importação de conceitos e abordagens educacionais norte-americanas, voltados nesse país, não para a elite, mas sim a importação de abordagens voltadas para solucionar o problema da pressão social da população menos favorecida norte-americana, isso inclui as estratégias de planejamento, financiamento e avaliação educacional. Muitas das reformas e políticas adotadas durante o período do governo civil militar afetaram, por essa visão, as estruturas curriculares e os objetivos educacionais (Arapiraca, 1979, p. 172). Destacaremos três aspectos na política educacional da ditadura civil-militar: o financiamento, a relação público e privado e a concepção educacional.

### **Financiamento e a desvinculação constitucional.**

Na constituição de 1946, que fazia com que a União, Estados e Municípios destinassem um mínimo percentual de recursos com vistas ao investimento em educação, teve essa obrigação suprimida, pela promulgação da nova constituição de 1967, foi eliminada a lei orçamentária que destinava investimentos para a educação.

Após esse período de supressão, conforme (Saviani, 2007, p.298, 299) na Constituição de 1969, se restabeleceu os 20% destinados à educação, mas apenas para os municípios, se é que realmente se pode acreditar, que o total desse percentual era de fato empregado na educação, pois não havia prestação de contas. Com a exclusão do princípio da vinculação orçamentária, o governo federal foi reduzindo gradativamente a aplicação de recursos na educação até chegar a um terço do que foi estipulado na constituição de 1946 e confirmado pela LDB de 1961.

### **Relação público e privado: as bolsas de estudos nas instituições educacionais privadas.**

Paralelamente a eliminação da vinculação financeira, a Constituição de 1967 sinalizou claramente na direção do apoio à iniciativa privada, ao estipular, no §2º do artigo 168: “Respeitadas as disposições legais, o ensino é livre à iniciativa particular, a qual merecerá o amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive bolsas de estudo”,



# REDES

XII SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
AS REDES EDUCATIVAS E AS TECNOLOGIAS  
TESSITURAS DE SOLIDARIEDADE E DE CONVIVÊNCIAS  
NOS DIFERENTES ESPAÇOS TEMPOS EDUCATIVOS

dispositivo que foi mantido na Emenda de 1969 (§2º do artigo 176). (Saviani, 2007, p. 298, 299)

Segundo (Cunha, 1985, p.43) tudo estaria bem com o salário educação, se não fosse a possibilidade privatista, ou seja, de que se na lei 4.440 de 1964 não estivesse expresso que mediante convênio com escolas particulares as empresas poderiam prover essas bolsas de estudos. Assim as empresas com mais de 100 funcionários que fornecessem bolsas de estudos, mediante convênio com escolas particulares, que fosse avaliado como satisfatório pela administração estadual de ensino e aprovado pelo Conselho Estadual de Educação, estariam cumprindo essa normativa. Daí começaram a surgir inúmeras irregularidades como desvios, participações de pessoas com interesses contrários a administração pública em órgãos deliberativos, entre outras irregularidades.

As prefeituras e seus representantes mais diretos também participavam de vários esquemas com o salário-educação e o patrimônio da própria rede pública de educação, colocando o público a serviço do privado. Durante todo o período da ditadura pudemos perceber não apenas a elevação de favorecimento e priorização do setor privado em detrimento do setor público, como abordagens mais significativas da influência da mentalidade do setor privado no setor público de ensino (Cunha, 1985; Saviani, 2007).

### **Concepção educacional e as empresas como referências.**

Quanto a concepção educacional várias diretrizes favorecendo a formação educativa cuja finalidade era atender as demandas de mercado. Esse contexto evidenciou, por exemplo, o favorecimento do uso de metodologias para tornar a gestão das escolas públicas mais ágeis e eficientes com vistas a redução de custos, seguindo modelos de ligados a gestão empresarial e na progressão do uso de técnicas do mercado na administração pública, como métricas de desempenho, metas de desempenho assim como no setor das empresas privadas, apresentavam um viés pedagógico de moldes tecnicista baseado no modelo americano para as minorias e na teoria do capital humano ( Saviani, 1994, p.77).

Na aproximação do meio educacional com a dinâmica empresarial, muitas ações e políticas foram implementadas ao logo dos anos na semelhança ao que se adotava no



# REDES

XII SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
AS REDES EDUCATIVAS E AS TECNOLOGIAS  
TESSITURAS DE SOLIDARIEDADE E DE CONVIVÊNCIAS  
NOS DIFERENTES ESPAÇOS TEMPOS EDUCATIVOS

mercado privatista econômico. Assim, teve-se a introdução de uma concepção produtivista de educação na educação brasileira, enfatizando a ideia de que a educação deve ser voltada para a produção de resultados racionais, mensuráveis e eficientes, ocorreu a importação de conceitos e abordagens educacionais norte-americanas, voltadas para as minorias, além de abordagens tecnicista que visavam a produção de capital humano para atender as demandas do mercado econômico.

### **Considerações finais:**

O período histórico que corresponde ao regime civil-militar, em especial os aspectos destacados quanto ao financiamento, a relação público e privado e a sua concepção educacional, permitiu compreender como a desvinculação, a aproximação com a iniciativa privada e a concepção educacional empresarial, reforçou o sentido unilateral da educação reduzindo a formação escolar a sua relação como mercado de trabalho, produzindo uma educação tecnicista.

Interessa compreender, em trabalhos futuros, como atualmente as políticas e as reformas neoliberais têm vinculado a educação pública com as diretrizes empresariais, especialmente as avaliações em larga escala que tem possibilitado modificações substantivas no trabalho docente e na gestão da escola que tem substituído a referência do princípio da gestão democrática pela implementação da gestão gerencialista fundamentada na retomada da teoria do capital humano.

### **Referências:**

ARAPIRACA, J.O. 1940-A USAID e a Educação Brasileira; um estudo a partir de uma abordagem crítica do capital humano. Rio de Janeiro, 1979. Dissertação (Mestrado em Educação) Instituto de Estudos Avançados em Educação / Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n43/n43a10.pdf> último acesso em 16/09/2023

CUNHA, L. A.; GOES, M. Golpe na Educação. RJ: Jorge Zahar Editor, 1985.



# REDES

XII SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
AS REDES EDUCATIVAS E AS TECNOLOGIAS  
TESSITURAS DE SOLIDARIEDADE E DE CONVIVÊNCIAS  
NOS DIFERENTES ESPAÇOS TEMPOS EDUCATIVOS

FREITAS, Luiz Carlos de. Conseguiremos escapar ao neotecnicismo? In: SOARES, M.B.; KRAMER, S.; LUDKE, M. Escola básica. Campinas: Papirus, 1992.

SAVIANI, D. Valores e Objetivos na Educação. In: SAVIANI, D. Educação da Consciência comum a consciência filosófica. SP: Autores Associados, 1994.

SAVIANI, Demerval. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, D. A O legado Educacional do Regime Militar, Cad. Cedes, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/Kj7QjG4BcwRBsLvF4Yh9mHw/?format=pdf&lang=pt> último acesso em 16/09/2023.